

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Parentalidade Positiva – Programa de Formação por Pares para
Pessoas LGB**

André Albernaz Delgado

Trabalho de Projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores

Orientadora:
Professora Doutora Carla Moleiro, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Junho, 2011

Agradecimentos

Este pequeno capítulo constitui uma oportunidade preciosa para dar relevância a pessoas e entidades que ajudaram, confortaram, explicaram, sugeriram e contribuíram para que este projecto consiga atingir uma coerência e consistência próprias.

Estou muito grato:

À Professora Doutora Carla Moleiro, orientadora deste projecto, pelo conhecimento, pela franqueza, paciência, ajuda, capacidade de sugestão e encaminhamento.

À Vanessa Tomé, colega de orientação pelas inúmeras discussões e reflexões temáticas que contribuíram para a definição de um caminho a percorrer.

À ILGA Portugal, à direcção, colaboradores e participantes, pela disponibilidade e atenção que demonstraram quando delas necessitei.

A todas as pessoas e entidades que, através das redes sociais, passaram a mensagem quando pensei ser necessário e, em especial, ao Caleidoscópio LGBT Porto.

Aos Experts que participaram no nosso projecto e que com muito entusiasmo partilharam esta ideia e nos transmitiram a mensagem da diversidade de todos para todos.

Aos Pais Gay e às Mães Lésbicas que abriram a porta das suas famílias para contar as suas histórias, sem receios.

Aos meus amigos e amigas que suscitaram discussões de aceitação e outras homofóbicas muito pertinentes para a compreensão de uma realidade difícil e complexa numa sociedade heterossexista e heteronormativa.

À minha família: à minha mãe, à minha irmã e ao meu cunhado que proporcionaram diálogos muito interessantes acerca da relevância dos conceitos base desta temática na sociedade portuguesa. Todos eles, também o meu pai, constituíram uma pressão positiva e a motivação para este projecto ser terminado.

À Isabel Paixão que desde 2008 entregou a esta ideia um pouco de si para que eu conseguisse perceber o caminho certo.

Muito Obrigado,

André Albernaz Delgado.

Resumo

Recentemente temos vivido períodos de mudança em diversos domínios, em específico no reconhecimento de direitos de minorias numa sociedade moderna, inclusiva e em prol da diversidade. O presente trabalho de projecto tem o intuito de criar um programa de apoio para pais e mães Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGB) recorrendo à formação por pares, com intenção de contribuir para um clima familiar seguro e apoiante de pessoas LGB. A investigação parece sustentar a eliminação conceptual dos mitos e receios em relação às crianças filhas de pais e mães LGB, sendo que existe o consenso científico de que o desenvolvimento cognitivo, psicológico e psicossocial de crianças ou jovens filho(s) ou filha(s) de pais e mães LGB não está relacionado com a orientação sexual parental e, por isso, não influencia negativamente o seu crescimento. É o carácter funcional da família, e não a estrutura familiar, que é preponderante para o desenvolvimento da criança. Os dados recolhidos qualitativamente através de entrevistas semi-estruturadas a pais e mães LGB e a experts em áreas de intervenção psicológica e sociopolítica foram analisados através de uma análise de conteúdo por forma a reunir categorias temáticas para a construção deste programa. O programa pretende ser um recurso para pessoas LGB com projectos de parentalidade futuros ou presentes. Contemplamos também a sociedade civil, propondo um recurso de acesso fácil e universal para a dinamização dos conceitos e conhecimento científico acerca das diversidades sexual e familiar com a finalidade de diminuir a discriminação com base na orientação sexual e a presença hegemónica da heterossexualidade.

Palavras-chave: Homoparentalidade; Diversidade Familiar; Mentorado de Pares; Apoio Parental.

Códigos PsycINFO

2980 Sexual Behavior & Sexual Orientation

2956 Childrearing & Child Care

Abstract

We have been living changing periods in the most diverse domains, specifically the foundation rights for the minority recognition of a modern, inclusive, and diverse society. The present project intends to create a support program for LGB Parents using the peer mentoring programs design, as a knowledge and experience construction mean to achieve a secure and supporting LGB family environment. In order to reach this goal, the Project is grounded on a comprehensive review of literature that advocates the possibility to eliminate existing myths and fears on child development regarding the sons and daughters of LGB parents. There is a scientific consensus about the psychological, cognitive and psychosocial child development of a child or youngster which parents are LGB, supporting that parental sexual orientation is not related with, neither adversely determines the lifespan of the child. It seems to be the functional features of the family, not the family structure, that are the major issues for child development. We highlight the contribution of the qualitative data analysis that was collected through semi-structured interviews to LGB parents and psychosocial and political experts. The data was analyzed through a content analysis to gather thematic categories in order to identify, categorize, cluster and label the themes for the program. The program's goal is to reply as a resource for prospective LGB parents and for LGB parents. This program also finds the general public has a support needed cluster, suggesting an easy and universal resource to diminish sexual identity and orientation based discrimination and heterosexual hegemonic presence.

Keywords: Same-sex parenting; Family diversity; Peer education; Parental support.

Codes PsycINFO

2980 Sexual Behavior & Sexual Orientation

2956 Childrearing & Child Care

Índice geral

Agradecimentos.....	II
Resumo.....	III
Abstract.....	IV
Índice geral.....	V
Índice de quadros.....	VII
1. Introdução.....	1
<u>1.1. Pertinência de Definição do Problema</u>	2
2. Enquadramento teórico.....	2
<u>2.1. Contexto histórico, conceitos e aspectos epistemológicos</u>	4
<u>2.2. Medos e Mitos sobre a Homoparentalidade</u>	7
<u>2.3. O desenvolvimento da Criança de Pais e Mães LGB</u>	9
<u>2.4. Novas Formas de Família. Gays e Lésbicas como Pais e Mães</u>	13
<u>2.5. A importância da Rede e Suporte Social</u>	17
2.5.1. Suporte Social.....	18
3. Avaliação de necessidades.....	21
<u>3.1. Participantes</u>	22
3.1.1. Participantes Grupo A (pais e mães LGB).....	22
3.1.2. Participantes Grupo B (experts).....	23
<u>3.2. Instrumentos</u>	23
3.2.1. Instrumentos Grupo A.....	23
3.2.2. Instrumentos Grupo B.....	23
<u>3.3. Procedimento</u>	23
3.3.2. Ética e Confidencialidade.....	24
<u>3.4. Apresentação e Análise de resultados</u>	24
3.4.1. Grupo A – pais e mães LGB.....	24
3.4.2. Grupo B – experts.....	30
<u>3.5. Limitações</u>	37
4. Desenho de programa.....	37
<u>4.1. Modelo Lógico de Desenho de Programas</u>	37
<u>4.2. Peer Mentoring Programs / Programas de Formação por Pares</u>	38
<u>4.3. Parentalidade Positiva – Programa de Formação por Pares para Pessoas LGB</u>	39
4.3.1. Objectivos gerais do programa.....	39
4.3.2. Projectos.....	39
4.3.3. Público-alvo.....	39
4.3.4. Caracterização contextual da aplicação.....	40
4.3.5. Desenvolvimento do programa (Anexo F).....	40
4.3.6. Recursos.....	40
4.3.7. Projecto A – mentorado para pais prospectivos LGB.....	41
4.3.7.1. Público-alvo.....	41
4.3.7.2. Objectivos específicos.....	41
4.3.7.3. Formato.....	42
4.3.7.5. Outputs.....	47
4.3.7.6. Stakeholders – intervenientes.....	47
4.3.7.7. Limitações e estratégias.....	47
4.3.7.8. Resultados esperados.....	47
4.3.7.9. Avaliação.....	47
4.3.8. Projecto B – mentorado na parentalidade para pais e mães LGB.....	48
4.3.8.1. Público-alvo.....	48
4.3.8.2. Objectivos específicos.....	48
4.3.8.3. Formato.....	48
4.3.8.5. Outputs.....	53
4.3.8.6. Stakeholders – intervenientes.....	53
4.3.8.7. Limitações e estratégias.....	53
4.3.8.8. Resultados esperados.....	53
4.3.8.9. Avaliação.....	53
4.3.9. Projecto C – plataforma informativa online para todos.....	54
4.3.9.1. Público-alvo.....	54

Parentalidade Positiva: Programa de Formação por Pares para Pessoas LGB

4.3.9.2. Objectivos específicos.....	54
4.3.9.3. Formato	54
4.3.9.4. Actividades.....	54
4.3.9.5. Outputs	55
4.3.9.6. Stakeholders – intervenientes.....	55
4.3.9.7. Limitações e estratégias	55
4.3.9.8. Resultados esperados	55
4.3.9.9. Avaliação.....	55
5. Considerações Finais.....	56
6. Referências.....	58
7. Anexos.....	64
7.1. Anexo A – Enquadramento jurídico-político.....	64
7.2. Anexo B – Guião de Entrevista Grupo A.....	66
7.3. Anexo C – Guião de Entrevista Grupo B.....	69
7.4. Anexo D – Autorização e Confidencialidade de Dados.....	71
7.5. Anexo E – Modelo Lógico de Desenho do Programa.....	72
7.6. Anexo F – Cronograma do Programa	73
7.6. Anexo G – Plinc! Babysitting&Events e Plinc! Coaching.....	74
7.7. Anexo H – Questionários de Avaliação do Programa	76

Índice de quadros

Quadro 1 – Quadro de conteúdos das entrevistas a pais e mães LGB	28
Quadro 2 – Quadro de conteúdos das entrevistas a experts.	34
Quadro 3 – Quadro de Fases de Desenvolvimento do Programa.....	40
Quadro 4 – Quadro de Actividades Projecto A.....	43
Quadro 5 – Quadro de Resultados Esperados	47
Quadro 6 – Quadro de Actividades Projecto B.....	49
Quadro 7 – Quadro de Resultados Esperados	53
Quadro 8 – Quadro de Áreas da Plataforma Online.....	54
Quadro 9 – Quadro de Resultados Esperados	55

“(...) parece que o maior risco para estas famílias (homoparentais) está na atitude segregadora da sociedade heterossexual” (Alarcão, 2006, p. 232).

1. Introdução

O presente documento final de candidatura a grau de Mestre surge no âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores, do Departamento de Psicologia Social e das Organizações (DEPSO) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e é um trabalho de projecto consolidado na investigação da Homoparentalidade e na área do apoio e suporte para Pais e Mães Lésbicas Gays e Bissexuais (doravante designados LGB).

Este trabalho de projecto encontra-se organizado em 7 capítulos: Introdução, Enquadramento Teórico, Metodologia de Projecto (avaliação de necessidades, procedimento, resultados), Desenho de Programa, Considerações Finais, Referências e Anexos.

Por opção de investigação consideramos desde já, apoiados em pressupostos políticos e jurídicos (Anexo A), que o nosso propósito não se centra na viabilidade jurídica ou moralidade social do ser Homossexual enquanto pessoa activa na sociedade actual ou da homoparentalidade – parentalidade de pais e mães LGB – seja por via biológica, ou não biológica, ou de discussão acerca da adopção de crianças por pais e mães LGB, bem como não pretende reflectir considerações morais acerca da homossexualidade, heterossexualidade ou outras.

Muito embora não seja uma opção sociopolítica, este projecto surge com o intuito de recolher dados acerca das necessidades de famílias de pais e mães LGB e de reflectir sobre pistas de como criar recursos de apoio para promover o bem-estar no desenvolvimento do projecto familiar homoparental. As formas actuais de família – no pressuposto interaccional de família (Alarcão, 2006) – enquadram-se em um amplo quadro de diversidade relacionado com as estruturas que são constituídas. Salientamos que a família de pais e mães LGB já tem um período de vida activo na sociedade portuguesa, coexistindo com outras tipologias familiares (Alarcão, 2006). Desta forma, estamos certos de que é prudente reflectirmos acerca das necessidades destes pais e mães de forma a promover apoios ajustados às suas características identitárias.

Para tal, é de salientar que a diversidade do Ser Humano ainda não se expressa em pleno nas sociedades modernas contemporâneas, mesmo aquelas em que já existe uma intencionalidade jurídica e política de regar as políticas de discriminação, integração e igualdade. Na sociedade portuguesa ainda reside o axioma do matrimónio e a conjugação heterossexual na concepção dos ciclos de vida familiar como consequência da heteronormatividade presente, garantia inerente a todas as pessoas (Vale de Almeida, 2010).

Neste projecto, propomo-nos a discorrer acerca de aspectos históricos da homossexualidade e de estudos que abordam os elementos criança, pai ou mãe e as interações que estes elementos têm na família e na sociedade. Dado que a proposta de projecto é a construção de um programa de apoio para pais e mães LGB iremos focar a investigação na área, de forma a sintetizar aspectos centrais que constituam temas chave e boas práticas para estes programas.

1.1. Pertinência de Definição do Problema

Assumindo que a sociedade portuguesa está em actual mudança no conceito de família, nas formas de constituição/renovação de ciclos de vida familiar (Alarcão, 2006), e também com uma grande lacuna ao nível da pesquisa nacional acerca de pessoas homossexuais, nos diversos âmbitos da sua actuação – laboral, pessoal, social, familiar (Goldfried & Goldfried, 2001) – propomo-nos a centrar a temática deste projecto nas características e especificidades da parentalidade de pais e mães lésbicas, gays e bissexuais.

Certamente que ao longo deste trabalho concluiremos que a realidade LGB em Portugal é cada vez mais diversa. A parentalidade de lésbicas e gays existe e está em crescimento numa sociedade ainda com uma marca heterossexista, cujas políticas não se pautam por uma inclusão plena de todas as pessoas (Vale de Almeida, 2010), com uma educação pré-escolar e escolar de fraca diversidade, com uma vasta discussão pouco envolvente na área da adopção homoparental, o que fomenta um contexto adverso para as famílias diversas. É neste contexto, e na salvaguarda da criança, que nos é suscitado o interesse em trabalhar um recurso específico no âmbito da temática para pais e mães LGB, num envolvimento menos adverso (de LGB para LGB) de maneira a informar, esclarecer e capacitar pais e mães LGB para a parentalidade – ser pai e mãe numa sociedade heterossexista. Deste modo, identificamos que a sociedade portuguesa poderá ser preparada para lidar com a diversidade sexual e familiar (étnica e outras) por vias específicas (suporte social) e distintas de um contexto de apoio personalizado a um grupo de pares – pais e mães LGB.

2. Enquadramento teórico

A diversidade de termos e categorizações em investigação pode ser fonte de descuido no tratamento temático, em particular das questões LGB e, por isso, consideramos essencial referir e caracterizar alguns termos e conceitos.

A orientação sexual diz respeito ao envolvimento emocional duradouro, às atrações

amorosas e/ou atracções sexuais por homens, mulheres ou por ambos os sexos (APA, 2009a, 2009b). Oliveira (2010), citando APA (2009a, 2009b) e O'Murray (2002), refere que a orientação sexual é uma identidade pessoal e social com base nas atracções emocionais, amorosas e sexuais, manifestando determinados comportamentos e integrando uma comunidade de pessoas que têm em comum a mesma orientação sexual. No entanto, é necessário salvaguardar que orientação sexual e comportamento sexual (homo, hetero, bissexual) são conceitos distintos e por si só derivam em comportamentos distintos (APA, 2002b, 2009a, 2009b; Oliveira, 2010; Patterson, 2005). Isto é, não é o comportamento heterossexual (esporádico ou não) de um homossexual que vai ditar a sua orientação sexual, nem vice-versa.

Oliveira (2010) refere três dimensões no conceito de orientação sexual (APA, 2008): heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade. A atracção sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas de sexo diferente do próprio constitui a heterossexualidade. A homossexualidade é a atracção e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas do mesmo sexo. A bissexualidade refere-se à atracção sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas que podem ser de ambos os sexos.

As lésbicas e os gays podem ser mães e pais não apenas através da adopção (Goldberg, 2010). A adopção é uma via para a parentalidade não biológica que pode ser alcançada por diversas formas e pessoas que têm como razão essencial, ser pai ou mãe. Desde a infertilidade ao não desejo de uma gravidez, até problemáticas previsíveis em termos de parto, ausência de parceiro sexual, entre outras, os indivíduos abrangidos perante a lei – diferente de sociedade para sociedade – podem aceder à parentalidade por adopção, independentemente da orientação sexual que assumam. No entanto, existe uma presunção de heterossexualidade – que promove percepções que podem constituir factores de stress para famílias homoparentais (Gato & Fontaine, 2010) – como base hegemónica na sociedade. Não há uma relação directa entre a homoparentalidade e a adopção até porque presumimos informalmente – dado o contexto sociopolítico – que a maior parte dos pais e mães LGB em Portugal o sejam por via de relações heterossexuais anteriores a relações homossexuais, bem como inseminação artificial (por doação de esperma tanto formal como informal).

A investigação atribui determinados termos de acordo com a função parental dos pais e mães LGB e a forma desta ocorrer na vida da criança. Assim devemos considerar com flexibilidade: mãe biológica, mãe não biológica co-parental, mãe não biológica madrastra, pai biológico, pai não biológico co-parental, pai não biológico padrasto (Millbank, 2002; González, López & Gómez, 2010).

Assim, as mães biológicas são referidas como mães ou mães de nascimento/mães de barriga. As mulheres que são mães não biológicas com uma parceira em que ambas planearam, “conceberam” e criaram a criança são referidas como co-mães ou mães não biológicas co-parentais (“*co-mothers*”). As mulheres que são mães de uma criança que é filha biológica de uma parceira no contexto de uma relação heterossexual anterior, ou ainda, através de inseminação artificial (tanto sozinha como com uma parceira lésbica anterior) são referidas como madrastas. Tal como as lésbicas, os gays podem ser pais através de uma relação heterossexual anterior ao *coming-out*, adopção monoparental ou em casal, como padrastos, famílias de acolhimento, dadores de espermatozoides declarados em inseminação artificial e barrigas de aluguer (estes dois últimos podem ocorrer como co-pai ou pai não biológico co-parental) (Millbank, 2002).

O aumento das famílias planeadas de lésbicas foi notável ao longo da década de 90 e, em recentes estudos de famílias de lésbicas (nos EUA e UK), a grande maioria das crianças nasceram através de inseminação artificial (Millbank, 2002). Também se verifica um número significativo de mães lésbicas solteiras a educar crianças – tanto desde o nascimento como após a dissolução de relações homossexuais (Millbank, 2002; Gartrell & Bos, 2010).

A homoparentalidade visível é um fenómeno recente e, assim, a maior parte dos estudos são necessariamente acerca das crianças de gerações de lésbicas e gays de transição, que se tornaram pais e mães no contexto de casamentos heterossexuais ou relações que se dissolveram antes ou depois do *coming-out*. Estas condições históricas únicas não tornam possível a distinção entre o impacto da orientação sexual dos pais e mães numa criança e o impacto de factores como o divórcio, reconstituição familiar, o sigilo da sua orientação sexual (estar no armário), o processo de *coming-out*, ou as consequências sociais estigmatizantes (Millbank, 2002; Stacey & Biblarz, 2001). Nesta fase do trabalho encetamos uma reflexão e um conjunto de considerações com base na literatura científica que, após apoiada numa metodologia prática, irá contribuir para a construção de um programa de apoio parental para pais e mães LGB.

2.1. Contexto histórico, conceitos e aspectos epistemológicos

A ciência procura promover a discussão e reflexão acerca das diferenças estruturantes na actuação da pessoa enquanto elemento activo na evolução social, na modificação de valores e novas formas de compreender a realidade psicológica, biológica e social do Ser Humano. A realidade fracturante da discriminação social que, face a características identitárias que diferenciam grupos sociais, vai-se mantendo actual de forma explícita ou

implícita, em diferentes contextos sociais, e é permanentemente alvo de reflexão prudente. A evolução do conceito de homossexualidade e da não discriminação com base na orientação sexual é fruto de diversas mudanças, da patologia à normalidade, do preconceito à aceitação, sendo um conjunto de questões muito sensível e complexo (Oliveira, 2010; Vale de Almeida, 2010).

Ao longo deste trabalho a nossa intenção é abordar um conjunto de factos históricos e variáveis que são indissociáveis da construção familiar e do desenvolvimento da criança num contexto de diversidade sexual e familiar, dando um espaço privilegiado a um esclarecimento de conceitos e abordagens epistemológicas à conceptualização da orientação sexual, da homossexualidade, da homofobia e heterossexismo, entre outros que vão ser referidos nas linhas seguintes.

Apesar da presença inequívoca da diversidade, a discriminação com base na orientação sexual de cada um(a) foi sofrendo alterações ao longo do tempo, assinalando-se a mudança conceptual de questão patológica para uma reflexão acerca de uma característica da identidade individual do Ser Humano (APA, 2002a). O investimento científico no estudo da homossexualidade, sob diversas perspectivas, tem demonstrado uma mudança de paradigmas que vão dando espaço à construção de novas conceptualizações (Stacey & Davenport, 2002). Desta forma, foi sendo estimulada a criação de recursos e apoios para o estudo, reflexão e intervenção na área da homossexualidade, integrada nos contextos onde cada pessoa se insere ao longo do seu percurso de vida. Já desde a *des* patologia se vão encontrando significados e respostas, de forma a ir ao encontro da integração de todas as pessoas numa sociedade igualitária.

Até à década de 60/70 do século XX, as ciências psicológicas constituíram uma forte fonte de discriminação, patologia, opressão das pessoas LGBT entre outras minorias de características étnicas, familiares e sociais (Oliveira, 2010; Vale de Almeida, 2010). A investigação comparativa entre adultos homossexuais e heterossexuais data desde os anos 50 do mesmo século. E este percurso de renome para Evelyn Hooker promove a mudança na visão patológica da homossexualidade como disfunção mental em 1973, por iniciativa da American Psychiatric Association (Patterson, 2005). Após dois anos, em 1975, a American Psychological Association promove o apoio a esta medida, retirando a homossexualidade de uma lista de perturbações ou disfunções mentais (Goldberg, 2010; Paige, 2005; Oliveira, 2010), e definindo que a homossexualidade, por si só, não sugere deficiências no juízo, estabilidade, confiança ou competências sociais e vocacionais gerais (Conger, 1975; Patterson, 2000, 2005; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004; Perrin, 2002; Oliveira, 2010;

Tasker & Golombok, 1997; Vale de Almeida, 2010). A eliminação do carácter patológico da homossexualidade demonstrou que a homossexualidade não é resultado de um desajustamento psicológico, apesar das circunstâncias sociais e comunitárias que envolvem o preconceito e a discriminação que, quando presentes, são promotoras de sofrimento e angústia (Gato & Fontaine, 2010; Goldberg, 2010; Oliveira, 2010; Vale de Almeida, 2010).

Nos inícios dos anos 70 do mesmo século – cita Patterson (2005), vários autores como Osman (1972), Agbayewa (1984), Martin e Lyon (1972), Mager (1975), Pollock e Vaughn (1987), Rafkin (1990), entre outros – verificou-se o interesse nos estudos de caso de crianças filhas de pais e mães LGB, bem como a proliferação de histórias e descrições na primeira pessoa da vida de famílias de mães lésbicas. O enfoque de investigação alterou-se no final da década de 70 para estudos comparativos de crianças de pais e mães LGB tornando-se um centro de interesse científico muito importante nos últimos anos (Golombok, 2009; Patterson, 1992, 2000, 2005; Stacey & Biblarz, 2001, Tasker, 2005).

A desconstrução do pressuposto associativo entre perturbação mental e homossexualidade, com vários autores na procura de respostas acerca da significância das diferenças entre pessoas LGB e entre famílias LGB, pareceu dominar uma grande parte da investigação em ciências sociais. Esta procura de respostas centrou-se muito na análise de homossexuais, heterossexuais e bissexuais na área da saúde mental face à norma, e de atitudes de heterossexuais. O objectivo comum foi a procura de diferenças que pudessem determinar uma caracterização fora da norma – o pressuposto de norma da heterossexualidade. Epistemologicamente, a perspectiva essencialista permitiu apenas abordar todas as orientações sexuais não heterossexuais como patológicas e não normativas. Na prática, a homossexualidade era assim entendida como factor biológico determinante, promovendo o carácter patológico em função daquilo que é considerado o não patológico – heterossexualidade (Oliveira, 2010).

A construção social e cultural do homem como agente activo nos contextos onde actua é mais determinante do que os caracteres biológicos definidos *per se* num homem ou na mulher (perspectiva de construcionismo social, muito relacionada com os movimentos sociais e activistas como o feminismo e os movimentos LGBT) (Oliveira, 2010).

Através dos diversos movimentos activistas, sociais e sociopolíticos presenciados na última metade do século XX, a investigação na sociedade contemporânea iniciou um envolvimento mais afirmativo na destituição de cânones morais e sociais que influenciavam (e ainda influenciam) a abordagem imparcial da diversidade do Ser Humano (Oliveira, 2010).

Esta abordagem da psicologia afirmativa é descrita por Carneiro (2009) como uma mudança do foco da psicologia, que passa de um olhar essencialista (patológico) para uma análise dos efeitos psicológicos dos preconceitos e da discriminação (Oliveira, 2010).

Na evolução dos sistemas políticos, do conhecimento e considerações religiosas, da sociedade civil e cultura estão implícitos movimentos de geração e defesa de novas ideias, novas formas de sociedade, organização, política, e família. No entanto, o desconhecimento e a não tolerância da diferença na sociedade ainda hoje leva a diversas situações discriminatórias, elevando o estigma social e o preconceito homofóbico em diversos países. Paradoxalmente, a homossexualidade revelou-se um factor de exclusão e extrema preocupação das famílias portuguesas, ainda em momento de preconceito e desconhecimento científico. Dessa forma, ainda hoje a homossexualidade gera impulsos controversos no âmbito familiar, laboral e social, dado que na sociedade portuguesa ainda domina o heterossexismo (Gato & Fontaine, 2010; Oliveira, 2010; Vale de Almeida, 2010).

Não obstante, a transição de abordagens penais (crime) para a aceitação no âmbito de códigos legais com o reconhecimento do casamento e da parentalidade LGB, de uma criminalização para a legitimação, da ocultação para a visibilidade, têm sido processos mais presentes em diversos países (González, López & Gómez, 2010).

Face ao supracitado supomos que a afirmação pessoal, familiar e social de um pai ou de uma mãe homossexual seja ainda mais complexa e sensível, face à realidade homofóbica que ainda permanece.

2.2. Medos e Mitos sobre a Homoparentalidade

Existem alguns medos da sociedade contemporânea em relação ao alegado comprometimento da criança numa família de configuração parental LGB. Estes medos constituem um conjunto de mitos acerca do desenvolvimento de uma criança numa configuração familiar distinta, por ser homoparental (Gato & Fontaine, 2010; Goldberg, 2010).

Um dos grandes medos afirma que a identidade sexual da criança é comprometida ao longo do seu desenvolvimento por ter pais e mães LGB. De acordo com este mito, é esperado que uma criança de uma família homoparental demonstre distúrbios nos seus papéis de género e na sua identidade de género. Desta forma, é comum a ideia de que as crianças de famílias homoparentais sejam ou venham a ser homossexuais (Falk, 1989, 1994; Goldberg, 2010; Hitchens & Kirkpatrick, 1985; Kleber, Howell & Tibbits-Kleber, 1986; Paige, 2005; Patterson, 1995a, 1995b, 2000, 2005; Patterson, Fulcher & Wainright, 2002; Patterson, Sutfin

& Fulcher, 2004; Patterson & Redding, 1996; Perrin, 2002; Stacey & Biblarz, 2001; Tasker, 1999). Mais adiante veremos que a orientação sexual dos pais não influencia significativamente a orientação sexual dos filhos. Diversos autores sustentam ainda que factores como a atitude e comportamento dos pais – papéis de género – na dinâmica familiar são mais pertinentes no desenvolvimento da criança do que a orientação sexual parental (Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008; Gato & Fontaine, 2010; Goldberg, 2010; Patterson, 1995a, 1995b, 2005; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004; Stacey & Biblarz, 2001).

Outro receio em relação às famílias homoparentais refere-se à suposição de que a criança está sujeita a uma maior fragilidade no seu desenvolvimento, estando mais predisposta a problemáticas psicológicas e sociais, exibindo comportamentos menos ajustados. Há também uma grande preocupação com a alegada maior exposição da criança a abusos sexuais dos pais ou mães em famílias homoparentais do que em famílias heteroparentais (Gato & Fontaine, 2010; Goldberg, 2010; Falk, 1989, 1994; Paige, 2005; Patterson & Redding, 1996; Patterson, Fulcher & Wainright, 2002; Stacey & Biblarz, 2001). Com efeito, a maioria dos adultos que abusam sexualmente crianças são homens; o abuso sexual de crianças por mulheres adultas parece ser raro (Finkelhor & Russel, 1984; Jones & McFarlane, 1980; Sarafino, 1979). Além disso, a maioria dos casos de abuso sexual de crianças envolve o abuso de um adulto masculino sobre uma criança do sexo feminino (Jenny, Roesler & Poyer, 1994; Jones & McFarlane, 1980). As evidências disponíveis revelam que os homens gay não são mais propensos do que os heterossexuais em perpetrar abusos sexuais em crianças (Groth & Brienbaum, 1978; Jenny, Roesler & Poyer, 1994; Sarafino, 1979; Gartrell, Bos & Goldberg, 2010).

As relações sociais das crianças constituem outro mito. É alegado que as crianças com pais e mães LGB vivem dificuldades de interacção social com outros pares e adultos, estando mais expostas a situações de discriminação, bullying e estigmatização (Stacey & Biblarz, 2001; Paige, 2005; Wainright & Patterson, 2008). Esta suposição conduz a que a criança permaneça prejudicada e desajustada no seu desenvolvimento psicossocial. No entanto, diversos autores salientam que em crianças de casais homossexuais não se verificam mais problemas na área da saúde mental, do que em crianças de casais heterossexuais, bem como referem que crianças de casais homossexuais não são mais vezes vítimas de bullying ou agressões escolares do que as crianças de casais heterossexuais (Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008; Goldberg, 2010; Paige, 2005; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004; Patterson, 1995a, 1995b, 2000, 2005; Perrin, 2002; Tasker, 1999; Stacey & Biblarz, 2001; Wainright & Patterson, 2008).

2.3. O desenvolvimento da Criança de Pais e Mães LGB

Com recurso a diversas fontes de literatura especializada, maioritariamente internacional, é nosso intuito contribuir para a compreensão do desenvolvimento pessoal e social de famílias com pelo menos um pai ou mãe LGB. Não obstante a necessidade de compreendermos as características identitárias destas famílias, é nosso propósito aprofundar quais as necessidades e dificuldades dos pais e mães LGB no decorrer da vida familiar e da vida da criança ou jovem.

Para esta abordagem ser clara optamos por considerar o desenvolvimento da criança e jovem em três dimensões: Orientação Sexual e Identidade de Género, Saúde Mental e Relações com Pares.

A Orientação Sexual de filhos(as) de pais e mães LGB constitui-se como uma preocupação social e política na sociedade actual que percorre a investigação, mesmo que sem qualquer fundamento ou sentido coerente (de forma concreta, as pessoas LGB são filho(as), biológico(as) e não biológico(as), de pessoas heterossexuais e homossexuais) (Stacey & Biblarz, 2001). Há uma variedade considerável de estudos que conclui que os jovens de famílias homoparentais parecem ter idêntica probabilidade do que os jovens de famílias heteroparentais de ser homossexuais ou heterossexuais (Bailey, Bobrow, Wolfe & Mikach, 1995; Gato & Fontaine, 2010; Goldberg, 2010; Golombok & Tasker, 1996; López, 2008; Paige, 2005; Patterson, 2000, 2005; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004; Perrin, 2002; Saffron, 1996; Tasker, 1999; Tasker & Golombok, 1995, 1997). Também revelam que os jovens heterossexuais de famílias homoparentais, parecem mostrar uma maior abertura para a possibilidade de relações homossexuais (Goldberg, 2010; López, 2008; Paige, 2005; Tasker & Golombok, 1997).

Relativamente à Identidade de Género, parece não haver evidência de que as crianças de famílias homoparentais demonstrem confusão em relação à sua noção de pertença ao seu próprio sexo (Golombok, Spencer & Rutter, 1983; Green, Mandel, Hotvedt, Gray & Smith, 1986; Kirkpatrick, Smith & Roy 1981; Paige, 2005). Os estudos referem que as crianças de famílias homoparentais mostram um conhecimento adequado dos comportamentos culturalmente próprios e também demonstram preferências concordantes com o seu género no que se refere a jogos e actividades (Brewaeys & Van Hall, 1997; Golombok, Spencer & Rutter, 1983; Golombok, Perry, Burstn, Murray, Mooney Somers & Golding, 2003; González, Chacón, Gómez, Sánchez & Morcillo, 2003; Green et al, 1986; Kirkpatrick, Smith & Roy 1981; Paige, 2005; Patterson, 2005; Perrin, 2002), sem no entanto deixar de sublinhar

diferenças entre as crianças de famílias homoparentais e heteroparentais que apontam para uma maior flexibilidade (ou menor tipificação) nos papéis de género das crianças de famílias homoparentais (González et al, 2003; Green et al, 1986; Paige, 2005; Patterson, 2005). Desde logo, parece verificar-se que as atitudes dos pais e mães LGB não são estereotipadas e as suas dinâmicas de tarefas familiares são mais igualitárias (Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008; Paige, 2005; Tasker, 2005). Segundo Fulcher, Sutfin e Patterson (2008) verifica-se que as mães lésbicas têm atitudes significativamente mais flexíveis, menos estereotipadas em relação aos papéis de género (identidade sexual) dos seus filhos. Este facto permite-nos avançar com a sugestão de existir uma maior probabilidade de atitudes pró-diversidade em famílias de mães lésbicas em relação aos seus filhos do que em relação a famílias heteronormativas (González et al, 2003).

Deste modo, a pesquisa indica-nos que pais e mães heterossexuais e homossexuais fornecem informação diversa às suas crianças, no domínio dos papéis de género. Assim, as crianças assumem vários comportamentos influenciados pelas atitudes de género dos pais e/ou mães e não pela sua orientação sexual, tal como a ocupação estereotipada de rapazes – tarefas masculinas – e raparigas – tarefas femininas, em famílias com uma divisão de responsabilidades tradicionalmente não igualitária (Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008; Goldberg, 2010; Patterson, 2005).

É também no campo da Saúde Mental Infantil que têm estado muitas ideias de defesa da não adopção por casais homossexuais em Portugal. Nestas, por senso comum, conclui-se que as crianças destes casais podem desenvolver disfunções e psicopatologias do foro emocional e psicológico, estando permanentemente expostas à estigmatização e, desta forma, colocadas em risco (Falk, 1994; Patterson, Fulcher & Wainright, 2002). Não obstante, a investigação diz-nos que ao nível da saúde mental, o desenvolvimento de uma criança de pais e mães LGB é tão adequado como o de uma criança de pais e mães heterossexuais (Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008, Goldberg, 2010; Patterson, 1995a, 1995b, 2000, 2005; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004; Perrin, 2002; Stacey & Biblarz, 2001; Tasker, 1999). Num estudo longitudinal (análise do desenvolvimento de criança a adulto) que contempla informações de várias fontes – professoras, mães divorciadas homossexuais e mães divorciadas heterossexuais – Golombok, Spencer e Rutter (1983) concluíram que não há diferenças significativas no ajustamento psicológico das crianças filhas destas mães e que estavam dentro da norma, revelando as mesmas tendências relativamente à inexistência de diferenças significativas entre amostras no desenvolvimento de criança a adulto (Tasker & Golombok, 1995, 1997). De igual modo, estudos realizados com famílias de mães lésbicas por

inseminação artificial desde os anos 90 indicam que não há diferenças significativas entre filhos destas mães e filhos de mães heterossexuais que optam pelo mesmo formato de reprodução (Bos, van Balen & van den Boom, 2007). Também entre filhos de mães lésbicas divorciadas do pai e filhos de mães heterossexuais divorciadas do pai, González, Morcillo, Sánchez Chacón e Gómez (2004) revelaram que não há diferenças significativas em relação ao ajustamento psicológico, nem tão pouco em função da auto-estima em adolescentes (Gonzalez et al, 2004).

Gonzalez et al (2004) debruçaram a sua atenção para os filhos e filhas de gays e lésbicas e verificaram que os mesmos apresentavam bons níveis de auto estima e valores de ajustamento emocional e comportamento, e que não diferiam dos seus companheiros e companheiras que viviam com progenitores heterossexuais. Outros estudos concluíram, inclusive, alguns parâmetros superiores demonstrados nos filhos e filhas de gays e lésbicas (Arranz, Manzano, Martín, Olabarrieta, López & Oliva, 2007).

Parece claro que não é a estrutura familiar em si que influencia o ajustamento psicológico, mas sim outras variáveis relacionadas com a dinâmica das relações familiares. Aspectos como o stress parental, a conflitualidade no casal e as expressões emocionais de carinho na família estão, segundo vários estudos, relacionados com o ajustamento psicológico e comportamental (Gato & Fontaine, 2010; Goldberg, 2010; González et al, 2004; Patterson, 2005). Por exemplo, em casais hetero ou homossexuais com maiores índices de conflito conjugal e stress parental, as crianças demonstravam maiores problemas de comportamento, enquanto que em casais com maior índice de satisfação conjugal verificavam-se menos problemas de comportamento exteriorizado nas crianças (Bos, van Balen & van den Boom, 2007; Chan, Brooks, Raboy & Patterson, 1998; Golombok et al, 2003; Patterson, 2005).

Neste debate sobre a homoparentalidade, o enfoque nas Relações com Pares tem sido um tópico mais direccionado para o bullying no decorrer das experiências da criança na escola. Como já foi referido, as crianças de pais e mães LGB não são mais sujeitas a bullying do que outras crianças (González, López & Gómez, 2010; Goldberg, 2010). São sim mais vítimas de bullying homofóbico, de experiências de discriminação, decorrente do preconceito face à orientação sexual parental (Barrett & Tasker, 2001; Goldberg, 2010). No entanto, os autores salientam que parece não haver diferenças significativas entre crianças de casais homossexuais e heterossexuais relativamente às competências sociais e ao seu uso na comunidade (Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008; Goldberg, 2010; Patterson, 2000, 2005; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004; Perrin, 2002; Stacey & Biblarz, 2001; Tasker, 1999; Tasker & Golombok, 1997).

Estudos realizados com recolha de dados obtidos das próprias crianças (as suas percepções) e dos seus pais e mães indicam que os filhos de pais e mães LGB têm a percepção de que a sua popularidade e aceitação entre os seus pares é similar aos filhos de pais heterossexuais (Hoetvedt & Mandel, 1982, cit. in Falk, 1994; Golombok et al, 2003; Green et al, 1986); que mães lésbicas não se apercebem de maiores problemas de aceitação dos seus filhos entre pares do que mães heterossexuais (Gartrell & Bos, 2010; Golombok, Spencer & Rutter, 1983; Green et al, 1986); e que jovens adultos filhos de mães lésbicas não consideram ter sido alvo de menor aceitação ou de maiores conflitos entre pares na infância e adolescência por comparação com jovens adultos filhos de mães heterossexuais (Tasker & Golombok, 1995, 1997).

Alguns investigadores salientam a percepção dos pares em relação à integração e aceitação social dos filhos de pais e mães LGB, tendo sido verificado que os pares consideram não existirem diferenças na aceitação social dos filhos de pais e mães LGB por comparação aos filhos de famílias heteroparentais, tanto no período da infância como na adolescência (González et al 2004; Wainright & Patterson, 2008). Segundo Wainright e Patterson (2008), parece haver relação entre a integração social dos filhos e filhas de famílias homoparentais e as variáveis da dinâmica familiar, nomeadamente a qualidade da relação parental (filial) dado que se verifica um maior número de amigos na escola com manifestação de uma elevada qualidade nas relações com os pares em crianças de famílias homoparentais com relações parentais mais estreitas.

Informações de pais, mães e crianças sugerem padrões típicos nas relações entre pares. Por exemplo, a maior parte das crianças em idade escolar reporta um melhor amigo do mesmo sexo e – predominantemente – grupos de pares do mesmo sexo (Golombok, Spencer & Rutter, 1983; Patterson, 1994). A qualidade das relações entre pares foi descrita, em média, como positiva por diversos investigadores (Golombok, Spencer & Rutter, 1983), bem como por mães e pelas crianças (Golombok, Tasker & Murray, 1997; Green et al, 1986).

Mesmo tendo em conta descrições de experiências com comentários anti-gay por parte de pares (Gartrell, Deck, Rodas, Peyser & Banks, 2005), os pré-adolescentes de mães lésbicas divorciadas não se recordavam de terem sido alvo de maiores provocações ou vitimizações do que filhos de mães heterossexuais divorciadas (Gartrell et al, 2005; Tasker & Golombok, 1995, 1997). Por exemplo, as relações entre adolescentes e os seus pais foram descritas como igualmente carinhosas e emotivas, independentemente da orientação sexual dos pais (Brewaeyns & Van Hall, 1997; Golombok, Spencer & Rutter, 1983; Harris & Turner, 1985/86; Kirkpatrick, Smith & Roy 1981; Wainright, Russel & Patterson, 2004).

Assim, a investigação revela funções de factores de protecção, como o papel positivo da promoção de contactos de filhos de famílias homoparentais com outros filhos de famílias homoparentais, na regulação de experiências de estigmatização (Bos & van Balen, 2008) e o papel essencial das competências e estratégias de *coping* para lidar com experiências de discriminação (Gershon, Tschann & Jemerin, 1999; Patterson, 2005).

Em síntese, a tipologia familiar da criança, com pai ou mãe LGB, não determina a homossexualidade da criança desse agregado familiar, o desenvolvimento de psicopatologias ou disfunções ao nível social (relacionamento com os pares) ao longo do desenvolvimento da criança e jovem, mas promove uma diversidade de comportamentos e escolhas da criança no seu contexto familiar, social e profissional (APA, 2002b, 2009a, 2009b; Fagot & Leinbach, 1995; Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008; Gato & Fontaine, 2010; Goldberg, 2010; Golombok et al, 2003, Golombok, 2009; Patterson, 1995a, 1995b, 2000, 2005; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004; Perrin, 2002; Stacey & Davenport, 2002; Tasker, 1999; Tasker & Golombok, 1997).

2.4. Novas Formas de Família, Gays e Lésbicas como Pais e Mães

O surgimento de novas tipologias familiares nas sociedades contemporâneas promove a reflexão acerca da evolução do conceito de família, enquadrando novas questões, dúvidas, necessidades e dificuldades em relação a novas características decorrentes da diversidade familiar (Sousa Santos, 2002).

Actualmente têm surgido iniciativas para impulsionar diversas alterações relacionadas com direitos fundamentais e o ser Pessoa activa e participante no contexto pessoal, familiar, profissional e social em que se insere. Sublinhamos aqui as iniciativas activistas (sociopolíticas) relacionadas com a promoção de direitos a pessoas gays ou lésbicas, na sociedade portuguesa, nomeadamente, o reconhecimento da família LGBT (Vale de Almeida, 2010).

Em Portugal, a discriminação com base na orientação sexual é o primeiro motivo de discriminação – embora tenha descido em relação ao valor do ano 2008, com o resultado percentual mais elevado (58%), seguido da origem étnica e da deficiência, entre outros (Eurobarómetro, 2009). Desde logo, percebe-se o contexto frágil de actuação perante as atitudes, percepções e comportamentos de todos os elementos de uma sociedade perante determinada minoria social.

A APA (2002b) relatou uma posição de consenso científico (*position statement*) relativamente à parentalidade de pessoas com orientação homossexual. A dita expressa que

não só se demonstra o mesmo nível de desenvolvimento e funcionamento emocional, cognitivo, social e sexual em crianças de Pais e Mães LGB em relação a crianças de pais heterossexuais, como também é suportada a ideia de que o desenvolvimento de crianças com dois pais e/ou duas mães, independentemente das suas orientações sexuais, é melhor do que de crianças apenas com um pai ou uma mãe (APA, 2002b; Paige, 2005; Stacey & Davenport, 2002).

Por forma a enquadrar questões teóricas com os nossos objectivos de investigação, iremos agora debruçar-nos um pouco sobre famílias homoparentais, bem como nas estratégias das mesmos ao longo do percurso familiar.

São diversas as formas de constituir família e exercer a parentalidade de gays e lésbicas. Vários autores consideram que a maioria destas famílias é constituída com filhos ou filhas de relações heterossexuais anteriores, denominadas de famílias homoparentais “reconstituídas” (González, López & Gómez, 2010). A configuração homoparental “de novo” refere-se a famílias que foram criadas já em situação identitária definida por parte dos pais e mães.

Como formas de constituir família “de novo” destacam-se a adopção e o acolhimento familiar tanto em monoparentalidade como em casal, e a inseminação artificial. A maternidade por barriga de aluguer (*surrogate mother*) é um recurso menos evidente (e.g. possível nos Estados Unidos da América; González, López & Gómez, 2010). Também a coparentalidade entre casais ou mais do que 2 elementos, como por exemplo um casal de gays e um casal de lésbicas ou um casal de gays e uma lésbica como mãe biológica, tem uma forma familiar praticada como recurso ou última solução para a parentalidade (González, López & Gómez, 2010).

O momento actual da sociedade portuguesa – casamento legal entre pessoas do mesmo sexo e parentalidade LGB não reconhecida – faz-nos ponderar que é mais provável a prevalência de uma parentalidade em famílias reconstituídas com filhos biológicos do que qualquer outro formato. No entanto, e apesar do desconhecimento de dados, arriscamos a sugestão de que a adopção monoparental nacional e internacional, a inseminação artificial no estrangeiro e a maternidade por aluguer no estrangeiro poderão coexistir na nossa sociedade.

As diferentes configurações familiares podem sugerir diferenças específicas, mas mantêm aspectos similares que é necessário considerar. A forma de acesso à parentalidade pode ser comum como no caso da adopção monoparental, de casal ou reprodução medicamente assistida e, em famílias reconstituídas, a permanência de figuras parentais anteriores em outras relações, como também as diversas especificidades do desenvolvimento

da criança (estratégias de disciplina, desenvolvimento psicossocial) também são aspectos semelhantes.

O carácter consciente da decisão da parentalidade de pessoas LGB é distinto da mesma decisão em pessoas heterossexuais, em termos globais, sejam pessoas individuais ou em casal. A reflexão acerca de consequências, estratégias, necessidades e processos, leva a um desenho do projecto de parentalidade extremamente mais ponderado, desejado e com antecipação à maior parte das possíveis dificuldades (Goldberg, 2010; González, López & Gómez, 2010; Patterson, 2005).

A literatura parece demonstrar não haver fundamentos empíricos que demonstrem a incapacidade de lésbicas, gays e bissexuais serem pais ou mães. À semelhança, também não há evidências científicas que afirmem melhores ou piores competências parentais entre homossexuais e heterossexuais. Com recurso a diversos autores, percebemos que há diferenças na parentalidade e cuidado à criança entre homossexuais e heterossexuais, sem no entanto colocar em causa a competência parental de qualquer pessoa, independentemente da sua orientação sexual. Não obstante, alguns resultados mostram que os pais e mães LGB podem ter competências parentais até superiores àquelas dos casais heterossexuais, embora haja muitas semelhanças (Vanfraussen, Ponjaert-Kristoffersen, & Brewaeyts, 2002). Investigadores como Flaks, Fischer, Masterpasqua e Joseph (1995) e Brewaeyts & Van Hall (1997) encontraram dados que propõem uma maior consciência das competências parentais em casais de lésbicas do que em relação a casais heterossexuais, bem como uma melhor interacção cuidador/criança entre casais de lésbicas.

Os estudos levados a cabo com famílias encabeçadas por casais do mesmo sexo indicam que estes mantêm relações com o mesmo grau de ajustamento e compromisso que os heterossexuais, assim como de amor e conflito (Chan et al, 1998). As expectativas parentais em relação à orientação sexual dos filhos são referidas por diversos autores como um factor não determinante para pais e mães LGB e com uma importância significativa para pais e mães heterossexuais, cuja maioria prefere que os seus filhos sejam heterossexuais (Tasker & Golombok, 1997; López, 2008). Não obstante, há um aspecto em que aqueles casais diferem sistematicamente dos heterossexuais, segundo alguns estudos realizados em diferentes países, dado que os casais de gays e lésbicas estabelecem relações nas quais desempenham papéis mais igualitários na partilha de tarefas domésticas, responsabilidades e cuidado dos filhos, a tomada de decisões (Bos & van Balen, 2008; Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008; Goldberg, 2010; Patterson, 1995a, 1995b, 2005; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004), e a contribuição para o orçamento familiar. Estes aspectos parecem ser mais característicos das famílias

adoptivas (Millbank, 2002; Stacey & Davenport, 2002). Não obstante as diferenças de atitude de género em casais de orientação sexual distinta, os mesmos casais heterossexuais, promovendo tarefas igualitárias no casal, potenciam uma menor preferência estereotipada das crianças por ocupações diárias e futuras, bem como ideias mais flexíveis acerca dos papéis de género (Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008). Na perspectiva de futuro que a criança tem para si, esta, quando em família de pais e mães LGB, não se considera limitada a escolher determinadas opções de ocupação, académicas ou profissionais por questões relacionadas com estereótipos de género (Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008; Fagot & Leinbach, 1995). Por estas razões, os pais e mães LGB revelam uma maior satisfação em relação à conjugalidade e à parentalidade do que pais e mães heterossexuais (Patterson, 1995a, 1995b, 2005; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004; Perrin, 2002; Stacey & Davenport, 2002, Tasker, 2005). Pais e mães LGB qualificam as suas relações de filiação de forma muito positiva e com pouco grau de conflito, o que é corroborado pelos filhos (González, López & Gómez, 2010).

Também é notório, segundo vários autores (Bos, van Balen & van den Boom, 2007; Vanfraussen, Ponjaert-Kristoffersen & Brewaeys, 2002) que os estilos educativos na interação familiar em famílias LGB são adequados e incluem níveis apropriados de aceitação, comunicação, interação emocional/compromisso afectivo, controlo e disciplina. Tasker e Golombok (1997) salientam que pré-adolescentes filhos(as) de mães lésbicas divorciadas assinalam a importância da comunicação com as suas mães e com as companheiras das mesmas, descrevendo-a como mais franca e aberta, por referência com pré-adolescentes de pais e mães heterossexuais. Alguns estudos também sugerem que os pais heterossexuais demonstram menor envolvimento na vida dos seus filhos(as) relativamente às mães lésbicas, sejam biológicas ou não. Também o desconhecimento de práticas pedagógicas por parte de pais heterossexuais tem sido assinalado, bem como uma menor qualidade de relação pais-filhos(as) e menor implicação emocional na relação e uma maior presença de afirmação de poder como técnica disciplinar (Bos, van Balen & van den Boom, 2007). O uso da punição na relação cuidador/criança é mais referido em casais heterossexuais do que em casais homossexuais, optando estes por estratégias positivas (Goldberg, 2010; Johnson & O'Connor, 2001; Patterson, 2005).

A qualificação das relações entre filhos(as) e as suas mães (companheiras das mães biológicas) parece ser significativamente melhor em comparação com a relação entre filhos(as) e o companheiro da mãe (Tasker Golombok, 1997, Patterson, 1995a). Bennett (2003) verificou, num estudo que foca aspectos de vinculação entre mães lésbicas e os filhos(as), a relevância da qualidade de interação entre mães e filhos(as) para o

desenvolvimento de vínculos, sobrepondo-se a questões como diferenças do status legal da parentalidade e ao tempo de cuidado aos filhos. Neste âmbito, verifica-se que o desenvolvimento da criança é favorável em famílias cujos pais e mães dividem o cuidado infantil de forma igual, o que promove uma expressão de satisfação do casal. Os modelos de justiça e igualdade aplicados em âmbito de tarefas familiares são, simultaneamente, vantagens e estratégias para influenciar positivamente o desenvolvimento infantil (Patterson, 1995a, 1995b, 2005).

Tendo em conta os dados supracitados parece existir consenso no facto da investigação não encontrar razões para fundamentar que pais e mães LGB sejam pais e mães menos capacitados do que outros (Paige, 2005; Armesto, 2002; Bos, van Balen & van den Boom, 2003, 2004; Patterson, 1995; 2005; Tasker & Golombok, 1997).

2.5. A importância da Rede e Suporte Social

A rede social e familiar tem um papel significativo para todas as famílias. Isso é também verdadeiro no caso das famílias homoparentais, sendo que vários autores referem a diversidade de características da rede social de famílias LGB, desde familiares a amigos, homossexuais a heterossexuais, homens e mulheres, com filhos e sem filhos (Goldberg, 2010; González et al, 2003; Fulcher, Chan, Raboy & Patterson, 2002, Patterson, 2005).

A predisposição para o *coming-out* familiar perante os diversos contextos sociais onde a família interage depende da estrutura legal que estabelece e defende os direitos e aceitação das famílias LGB, e também das variáveis sociais de preconceito e discriminação que podem constituir ameaças ao desenvolvimento da família LGB e à sua estabilidade.

Em contextos como a escola, entidades de saúde e entidades comunitárias, entre outras, o preconceito é então um factor determinante na análise que a família faz acerca do seu *coming-out*. No entanto, verifica-se que as famílias “de novo” se têm revelado mais estruturadas e com uma resiliência que lhes permite uma abertura mais natural e também com intuito de educar para a diversidade; enquanto que as famílias reconstituídas parecem ter mais dificuldade em definir a forma e momento de *coming-out* face ao preconceito (Goldberg, 2010; Vynckle & Julien, 2007). Uma estratégia de pedagogia activa aliada ao *coming-out* familiar pode ser a evidência do sucesso da sensibilização para a diversidade. Mas as famílias LGB, de acordo com estudos, tomam essa opção apenas quando a análise que fazem dos recursos (escolas, centros de saúde, entre outros) revela que o envolvimento social está preparado para a diferença (*friendly*) e disponível para a aceitar (González, López & Gómez, 2010).

A interacção das famílias LGB com a família alargada também reflecte compromissos emocionais muito relevantes por parte de familiares, de acordo com diversos autores (Fulcher, Raboy & Patterson, 2002; Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008), e também uma continuidade na interacção frequente e similar a famílias heterossexuais. Diversos estudos revelam que a maioria das crianças de mães lésbicas são descritas como estando em contacto regular com os seus avós (Golombok, Spencer & Rutter, 1983; Fulcher et al, 2002), não surgindo diferenças na frequência de contacto com avós em função da orientação sexual parental (Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008) e os avós são tendencialmente proactivos no reconhecimento das crianças das suas filhas lésbicas como parte da família (netos) (Gartrell et al, 2005). As crianças de mães lésbicas estão em contacto com amigos das mães (homens) na mesma medida do que crianças de mães heterossexuais, reportando que estes amigos são uma mistura de pessoas de orientações sexuais diversas (Goldberg, 2010; Fulcher et al, 2002; Golombok, Spencer & Rutter, 1983; Patterson, 2005).

No entanto, não deixamos de alertar que estes dados são relativos a sociedades com tempos de evolução distintos à evolução das questões LGB em Portugal. Arriscamo-nos a afirmar que o processo de adaptação da família alargada em Portugal possa ser substancialmente diferente – mais lento, embora proporcional à redução da homofobia e aceitação do *coming-out* familiar.

Neste momento voltamos a recordar que o desenvolvimento social, económico e cultural promove contextos mais ou menos propícios para a diversidade social, cultural, familiar, religiosa, entre outras, que são fomentadas pela determinação política e da sociedade civil. As diferenças entre países nestas matérias não estão somente relacionadas com os aspectos supracitados, mas estão intimamente ligadas à falta de informação, sensibilização e acção preventiva para a homofobia que, em muito, depende da organização social, política e cultural de base de uma sociedade moderna.

2.5.1. Suporte Social

É pertinente a exploração e descrição de quais são as necessidades que pais e mães LGB têm em diversos domínios: familiar (estratégias, suporte familiar), comunitário (suporte escolar, recursos) e social (recursos sociais universais); com base em aspectos teóricos extraídos de programas de educação e apoio parental, bem como de recursos sociais planeados – todos internacionais; e ainda para conjugar tópicos temáticos que são fundamentais serem trabalhados no apoio a estes pais. Desta forma, em consulta a diversos programas e recursos, podemos assinalar diversos tópicos que vêm sendo descritos na

literatura: *coming-out* dos pais e mães, homofobia vs heterossexismo, agir nos receios da criança, agir no desenvolvimento da identidade da criança, agir na identificação familiar da criança, agir no desenvolvimento escolar da criança, agir no desenvolvimento da identidade familiar, agir no desenvolvimento social da criança, necessidades de suporte informativo para pais e mães, necessidades de suporte pedagógico para crianças, necessidades de recursos (documentação, livros) para pais, mães e crianças (Fagot & Leinbach, 1995; Patterson, 1995a; 1995b; Johnson & O'Connor, 2001; APA, 2002b, 2009a, 2009b; Stacey & Davenport, 2002; Patterson, Sutfin & Fulcher, 2004; Patterson, 2005; Fulcher, Sutfin & Patterson, 2008; Goldberg, 2010; Vynckle & Julien, 2007).

É para nós evidente o carácter sensível da nossa temática e ainda o respeito das necessidades específicas da população-alvo deste projecto – pais e mães LGB. Sabemos que um dos factores decisivos para o aumento do sucesso dos programas de educação parental passa pela implementação desses programas dentro de um clima de confiança, familiaridade e parceria (Vynckle & Julien, 2007).

Ornelas (2008), com referência em outros autores, adopta a perspectiva de sistema de suporte ou sistema de suporte natural e centra-se numa rede formal e informal de apoio ao indivíduo por parte de profissionais, membros da comunidade e familiares, em formatos de grupos de ajuda mútua, estruturas de apoio informal, associações e centros voluntários, entre outros. Este tipo de estrutura pode influenciar a incidência e prevalência de determinados desajustamentos psicossociais em determinados grupos. Em Ornelas (2008) é referido o impacto do suporte social em condições adversas com uma função amortecedora (*buffer*). Sendo assim, o suporte social pode ser referido como um mecanismo que gera sensações de bem-estar, sensações de integração na comunidade – sentido de comunidade – e de valorização numa rede de comunicação e relação dinâmicas, com o seu foco centrado para comportamentos de ajuda informal (Ornelas, 2008).

Na procura de uma definição de suporte social, Ornelas (2008) refere que, segundo Barreira (1986), o suporte social deve ser considerado em três categorias: o envolvimento social, o suporte social percebido e o suporte activo. Todas as pessoas vivem em contextos caracterizados por diversos níveis de relação, outros planos de autoridade, outros níveis de relação interpessoal e institucional. Em prol da plenitude de pertença a uma comunidade, o envolvimento social é um factor determinante na criação e desenvolvimento de relações sociais e aumento do capital social. O sentimento de pertença marca significativamente a potencialidade de acção na comunidade e o reconhecimento do seu capital social, como suporte para o seu quotidiano (Ornelas, 2008). Neste vasto plano de

relações interpessoais, as pessoas vão integrando vários processos de satisfação ou insatisfação perante o conjunto de relações significativas que mantêm com outros. Este sentido de satisfação define o suporte social percebido que é a medida de impacto do suporte social implementado, quer formal quer informalmente. A percepção das relações e recursos disponíveis e a assertividade nas alianças interpessoais são aspectos fundamentais para a percepção da promoção de um ambiente de união e de suporte (Ornelas, 2008).

As acções desenvolvidas por indivíduos em prol de outrém – em desvantagem – enquadram o suporte activo, que se define pelas actividades ou comportamentos efectivamente desempenhados por pessoas que prestam esse suporte (Ornelas, 2008). Independentemente da estrutura e intuito específico de determinado suporte social, o mesmo coexiste com outros suportes mais informais e/ou formais. Todos eles têm características em comum que determinam as funções do suporte social. Segundo Ornelas (2008), o suporte social tem como funções identificadas a auto-estima, o estatuto (status/papel social), a assistência, as relações de amizade, a informação e a satisfação.

Ao longo deste período de apresentação e enquadramento de ideias e conceitos com fundamento na literatura científica, tecemos algumas considerações que nos permitem assumir que as pessoas LGB, como minoria com base na orientação sexual, não usufruem de todos os recursos plenos para Todos, nomeadamente no percurso para a parentalidade.

As famílias LGB com filhos não têm sido consideradas como uma das diversas combinações familiares possíveis integradas no “conceito” de família e, dessa forma, têm ficado à margem das soluções políticas, sociais e comunitárias para “a família” portuguesa.

No nosso entender, perante uma ausência de recursos, é necessário que existam respostas específicas para situações específicas, de acordo com um conjunto de características do público-alvo que define um determinado caminho de intervenção não aplicável a outros públicos. Sendo assim, o nosso problema consiste em promover um recurso específico para pessoas LGB (pais e mães LGB e pais e mães prospectivos LGB), por forma a corresponder a um conjunto de necessidades singulares deste público-alvo. Em seguida, com base na literatura analisada e nos dados recolhidos, apresentamos a reflexão e construção de um Programa de Formação por Pares para Pessoas LGB denominado de Parentalidade Positiva.

3. Avaliação de necessidades

Como objectivo metodológico pretendemos aprofundar o conhecimento das características de famílias homoparentais e das estratégias que são quotidianamente utilizadas para promover o bom desenvolvimento das crianças ou dos jovens nos diversos contextos onde estes se inserem, desde o ambiente familiar ao ambiente escolar e social. Este processo de construção de conhecimento e posterior desenvolvimento do programa vai ser conduzido tendo em conta as fases do modelo lógico no desenho de programas (McLaughlin & Gretchen, 1999), no qual se insere a avaliação das necessidades. Sendo assim, pretendemos obter dados enquadrados nos seguintes tópicos: 1 – realidade LGB na parentalidade em Portugal; 2 – estratégias de pessoas LGB no exercício da sua parentalidade; 3 – interacção entre família e escola com famílias homoparentais; 4 - recursos familiares e sociais das famílias LGB.

Para a Recolha de Informação Relevante estruturou-se uma metodologia qualitativa, através de grupos de discussão focalizada para pais e mães LGB, entrevistas semi-estruturadas para experts e grupos focais com técnicos do serviço de adopção por forma a compreender os aspectos mais específicos deste contexto temático, como também aprofundar os mesmos ao longo da moderação dos momentos de recolha¹.

Enquanto que a investigação quantitativa permite usar do método experimental (e outros) a um nível explicativo, de forma inferencial, para alcançar a resposta a determinada situação fenomenológica (Azevedo & Esteves, 1998; Bauer & Gaskell, 2000), já as potencialidades da análise qualitativa revestem-se da importância do pormenor para explicar uma realidade ou situação, usando a descrição como instrumento essencial para a compreensão aprofundada de uma determinada realidade, interpretando a mesma face à pesquisa de literatura (Caudle, 2004). Para tal, a metodologia qualitativa presta-se a recolhas de dados e análises de dados mais abertas, embora controladas, do que a metodologia quantitativa. Dessa forma, o nível de recolha e análise de dados potencia-se ao nível descritivo e ao nível correlacional, com primazia para a descrição das experiências pessoais, de forma a aprofundar o conhecimento de uma realidade específica, com ou sem comparação entre grupos (Azevedo & Esteves, 1998; Bauer & Gaskell, 2000; Caudle, 2004; Flick, 2009).

¹ O serviço de adopção gerou uma resposta negativa impossibilitando a recolha dos dados para conhecer um pouco mais os procedimentos e estratégias para com candidatos LGB, bem como a sua incidência. A primeira abordagem aos pais e mães LGB esforçou-se por promover momentos de discussão com 5 participantes e duração de aproximadamente 90 minutos, com pais e mães LGB nas instalações da ILGA Portugal. Mesmo com os apoios supracitados os resultados que pretendíamos não foram alcançados dada a adesão nula.

O carácter qualitativo da investigação pode ser conferido com recurso a entrevistas e/ou com recurso a grupos de discussão focalizada, embora em qualquer um deles o investigador possa optar por estruturar exaustivamente todo o guião a ser aplicado, de forma a limitar a possibilidade de desvio ou divergência de opiniões ou situações (Caudle, 2004). No entanto, a opção pode dirigir-se também para uma intenção não estruturada ou semi-estruturada de aplicação de determinada dinâmica para a recolha de dados.

Consequentemente, os dados a emergir das várias aplicações possíveis serão diversos, específicos e convergentes ou, por outro lado, mais difusos, divergentes e dinâmicos (Azevedo & Esteves, 1998; Bauer & Gaskell, 2000; Caudle, 2004).

Neste estudo pretendemos alcançar a perspectiva subjectiva da pessoa em relação a determinadas questões, mas sem detrimento da recolha de algumas construções sociais face à homossexualidade e homoparentalidade. Pareceu-nos adequado a utilização de grupos de discussão focalizada com objectivos fenomenológicos, em interacção de discurso e comportamento, salientando também algum trabalho de reflexão na construção social da homoparentalidade na sociedade portuguesa, com o uso de um guião semi-estruturado mediado de forma a não limitar a expressão de preocupações e situações que contribuirão para a riqueza dos dados (Azevedo & Esteves, 1998; Flick, 2009). Em relação aos experts utilizamos entrevistas semi-estruturadas. Espera-se que a metodologia qualitativa, no nosso estudo, promova a emergência de aspectos teóricos nos grupos de discussão.

3.1. Participantes

3.1.1. Participantes Grupo A (pais e mães LGB)

Esta foi uma amostra de conveniência constituída por uma mãe (madrasta, mãe não-biológica) e dois pais LGB (em união de facto).

Participante A: Família reconstituída de união de facto de uma mãe social com uma mãe biológica (relação heterossexual) de uma criança Y de cerca de 6 anos. Na altura da união a criança tinha 18 meses. “eu não apareço nunca como mãe. É pai, mãe, mãe social (...) ela própria é que às vezes puxa a questão da mãe, o dia da mãe, tu também és mãe (...) nós nunca puxámos a coisa para aí (...) até porque não me sinto mãe, quanto muito sinto-me profundamente responsável por ela” (*Participante A, p. 13*).

Participantes B: O pai adoptivo adoptou uma criança X no Brasil como residente. Em Portugal conhece o companheiro – pai social – que é integrado na sua vida conjugal e, simultaneamente, no contexto familiar. A criança X tem 7 anos de idade.

3.1.2. Participantes Grupo B (experts)

Foram convidados dois experts de áreas relevantes: Investigação em Psicologia e Intervenção Sociopolítica. Com o desenvolvimento da recolha de dados neste grupo de participantes a nossa intenção é proporcionar uma análise psicossocial e política da temática para termos em conta aspectos de contexto das famílias homoparentais.

3.2. Instrumentos

3.2.1. Instrumentos Grupo A

Foi aplicada a entrevista semi-estruturada (anexo B) em locais de conveniência dos participantes. Ambas as entrevistas foram gravadas e registadas em formato áudio e transcritas em documento próprio. A entrevista semi-estruturada para pais e mães LGB debruçou-se sobre cinco pontos essenciais: 1. Relação da família com família alargada (rede social); 2. Estratégias da criança em lidar com as características específicas da sua família num contexto heteronormativo; 3. Estratégias parentais que pais e mães LGB praticam em função das experiências dos filhos; 4. Relação da família homoparental com redes de suporte social (escola, entre outros); 5. Pistas para um futuro próximo por parte de pais e mães LGB.

3.2.2. Instrumentos Grupo B

Foi aplicada a entrevista semi-estruturada (anexo C) em locais de conveniência dos participantes. Ambas as entrevistas foram gravadas e registadas em formato áudio e transcritas em documento próprio. A entrevista semi-estruturada para experts condensou os seguintes pontos: 1. Desafios actuais para famílias LGB na sociedade portuguesa; 2. Impacto do reconhecimento legal da parentalidade para LGB; 3. Factores de protecção e factores de risco para famílias LGB; 4. Recursos e respostas necessários em Portugal para famílias LGB; 5. Responsabilidades das instituições (por exemplo Escolas) na promoção da diversidade; 6. Sugestões para famílias LGB e para escolas; 7. Experiências de famílias LGB conhecidas.

3.3. Procedimento

Tendo em conta a nossa intenção inicial, adaptamos a estratégia promovendo entrevistas semi-estruturadas a amostras de conveniência resultante de contactos directos. Todas as entrevistas foram gravadas em formato áudio e transcritas integralmente. As transcrições foram analisadas através de uma análise de conteúdo (Caudle, 2004) por forma a cruzar as informações obtidas – através de categorias emergentes – com os objectivos desta recolha – as categorias previamente consideradas. Assim, os dados recolhidos foram codificados com recurso a dois procedimentos: bottom-up, procurando o emergir de

categorias na leitura dos dados; e top-down, considerando categorias definidas a partir da literatura.

3.3.2. Ética e Confidencialidade

Em qualquer um dos momentos de entrevista o investigador explicitou os objectivos do estudo e as suas intenções ao longo desta metodologia para qualquer um dos participantes. Os mesmos consideraram ter recebido todas as informações necessárias tendo em conta todas as condições de sigilo e confidencialidade (e.g. APA, 2002; OPP, 2011). Foram asseguradas em relação a todas as informações recolhidas que suscitassem a identificação pessoal através do consentimento informado dos participantes (anexo D). É de salientar o carácter voluntário da participação que, sem ganhos directos a curto prazo, ajuda a nossa investigação a ser mais uma evidência de que a diversidade familiar é um conceito mas também cada vez mais uma prática e uma realidade social em Portugal.

3.4. Apresentação e Análise de resultados

3.4.1. Grupo A – pais e mães LGB

Perante os nossos resultados (quadro 1) e com recurso às categorias sugeridas por nós surgem alguns pontos importantes que vão ser analisados de seguida.

A amostra do Grupo A da nossa avaliação de necessidades demonstrou duas realidades familiares muito distintas: a família “reconstituída” e a família “de novo”. A transição para a parentalidade dos nossos participantes foi caracterizada por expectativas e processos diferentes em função das famílias que constituíram. De acordo com o quadro 1 enquanto que a Participante A afirmou que não tinha expectativas de ser mãe e actualmente apenas assumir um papel de responsabilidade sem se considerar mãe, os Participantes B consideraram a consciência do projecto parental desde a adopção (pai adoptivo) até à integração familiar (com o pai social).

A **rede familiar e as características de suporte** que a família pode oferecer são muito pertinentes para um equilíbrio individual, familiar e social da família LGB.

Reportando-nos à Participante A, a transição entre uma união heterossexual com filha biológica para uma união homossexual da mãe com filha biológica foi marcada por conflitos conjugais, familiares e judiciais entre as partes, relativamente tanto à tutela da criança Y e como por comportamentos de discriminação e ostracização por parte de vários intervenientes familiares (desde o pai da criança, aos avós paternos e maternos biológicos). Na família dos Participantes B foi-nos sugerida uma tranquilidade assinalável na constituição da família “de

novo” (monoparental) e um conjunto de maiores dificuldades na aceitação da identidade homossexual e da parentalidade na integração do pai social.

O **coming-out para os filhos**, na opinião da Participante A, e de acordo com o quadro 1, foi um aspecto natural de evidência de uma relação da mãe biológica com a mãe social embora com a presença de uma acção negativa por parte do pai biológico. Foi um *coming-out* que ocorreu aos 18 meses de idade da criança Y e em relação ao qual a mãe social salientou a importância do vínculo em detrimento da estrutura familiar transformada. Os Participantes B consideraram não existir um *coming-out* dado que a criança X não conheceu outra configuração familiar. Mas para estes pais o *coming-out* é um aspecto muito importante nas relações homossexuais reconstituídas com filhos de relações heterossexuais e em situações de adopção em idade mais avançada (“há uma realidade familiar que é construída e de repente algo que a põe em causa” *Participantes B, p. 7*).

A família alargada constitui um apoio para a afirmação e integração social da família LGB. Para os Participantes B o **coming-out para a família alargada** está intrinsecamente relacionado com a aceitação do *coming-out* individual como homossexuais (a atitude perante a sua identidade sexual) de forma que o *coming-out* familiar é tão mais bem sucedido quanto o for o *coming-out* individual. Para o pai social, o *coming-out* como pai foi um meio facilitador para a aceitação da sua homossexualidade enquanto que o pai adoptivo já tinha a sua orientação sexual clara perante a família quando decidiu apostar num projecto parental. A Participante A salientou que os conflitos gerados pela dissolução da relação heterossexual da mãe biológica influenciou o contexto de reconstrução de uma identidade homossexual enquanto família. No entanto, a mãe social investiu neste capítulo familiar com uma construção pessoal fundada na sua homossexualidade.

Em relação aos contextos genéricos de interacção das famílias – casa, amigos, trabalho, entidades públicas ou privadas de saúde, ensino, entre outras – houve um conjunto de considerações relevantes dos nossos participantes para o **coming-out para contextos**. A participante A considerou que o desenvolvimento da identidade familiar da sua família deve ser feito de forma natural e progressiva e sem qualquer recurso a um *coming-out* amplo ou estrito. Foi perceptível que esta família considera a informação ou *coming-out* à escola irrelevante para o desenvolvimento da criança, mas também salienta que a escola deveria fomentar e colocar à discussão actividades que desenvolvessem o conceito de diversidade e diversidade familiar, adaptando os conhecimentos à realidade de todos. Os Participantes B indicaram ter uma opinião diferente na qual o comportamento tende para uma participação activa dos pais e mães LGB na educação para a diversidade na escola, no interesse da

inclusão dos seus filhos. A necessidade de envolver a escola no domínio da informação das características desta família revela-se quando os pais assumem a relação e o pai social adquire responsabilidades parentais perante a criança X.

A interação social familiar é a mais natural possível para os pais. De acordo com estes pais, a sua “(...) reacção de naturalidade ou indiferença à surpresa esvazia a surpresa” (*Participantes B, p. 26*) em todos os contextos de interação social.

O envolvimento na parentalidade como um processo identitário definido e afirmativo como homossexual parece ser fundamental para a atitude familiar e adaptação aos e dos contextos onde a família LGB se insere – **estratégias dos pais**.

Ambos os pais e mães parecem aproveitar todas as oportunidades geradas pela criança X ou provocadas pela oferta de um livro específico para esclarecer todas as dúvidas, incentivando para a diversidade e para uma construção da história pessoal equilibrada. Esta identidade familiar é promovida por pais e mães na discussão e desenvolvimento das dúvidas da criança, apenas com uma mediação dirigida para uma aceitação da realidade factual, diversa e contentora de bem-estar. Indicaram que incutem nas crianças a noção de diversidade de todos os contextos, inclusive o familiar, e até no âmbito das suas relações sociais com outros adultos, com outras crianças, meninos ou meninas.

As crianças de ambos os Participantes parecem **adoptar estratégias** exploratórias para abordagem de assuntos específicos da sua configuração familiar, da transição entre famílias e divórcio (criança Y), da família biológica (criança X), da diversidade sexual, da diversidade étnica, do preconceito, entre outros assuntos. A criança X parece usar a sua diferença familiar como mais valia na defesa perante algum tipo de comparação por pares. Já nos é indicado que a criança Y opta por suprimir possibilidades de diálogo acerca da sua família de acordo com os contextos onde está, por exemplo, suprime conteúdos que sabe que são incomodativos.

No âmbito do **suporte social e sociopolítico** todos os participantes salientaram a presença de um tradicionalismo educativo em função do género e também uma hegemonia de uma orientação sexual na relação entre pares na escola – heterossexualidade – tanto ao nível pedagógico como também administrativo (formulários com pai/mãe, reuniões de pais, entre outros). A ausência ou pouca expressão de formas diversas de abordar a temática da diversidade sexual e familiar é um ponto que os pais e mães sugeriram que seja rapidamente alterado, bem como a promoção de formação educativa de todas as pessoas e universitária de diversos agentes profissionais (médicos, juizes, professores, entre outros), bem como formação profissional de continuidade com intuito de sensibilização e informação. Especificamente no contexto escola os Participantes B referiram a necessidade de políticas

promotoras da diversidade com o envolvimento dos pais e a formação de professores com inclusão de *tips for teachers* específicos. Verifica-se a necessidade da realidade legal adaptar-se a uma aplicação a Todos com a sugestão de não serem nomeados “pai” e/ou “mãe” como reconhecimento legal da parentalidade. Neste núcleo temático também foi salientado o papel positivo dos recursos de literatura infantil e dos media, da rede social de amigos de orientação sexual homossexual com filhos (por forma a criar sentimento de pertença na percepção de aspectos comuns entre famílias). Já o papel positivo dos pais e mães LGB foi referido pelos participantes B como motor de diversidade, enquanto que a participante A revelou uma maior importância do comportamento de todos os pais e mães heterossexuais.

Em relação ao tópico que questiona a necessidade de existir **formação para pais e mães LGB** como recurso específico, a Participante A referiu que, havendo esse recurso, teria de existir um alargamento dessas estratégias para todas as situações de parentalidade. A participante salienta o papel da informação no esclarecimento de questões e necessidades deste público-alvo. Já os Participantes B referiram que é urgente educar para a diversidade com a própria diversidade – as famílias têm de gerar a educação do outro pela sua diferença – e promovendo grupos de apoio para troca de experiências para que estes pais e mães possam adquirir estratégias de resolução de problemas.

Quadro 1 – *Quadro de conteúdos das entrevistas a pais e mães LGB*

Núcleos temáticos		Participante A – mãe social <i>EIPA</i>	Participantes B – pais adoptivo e social <i>E2PB</i>
Rede de suporte familiar		“nunca ninguém a orientou para isso (...) são reconhecimentos próprios dela das relações familiares” “ela tem dois portos de abrigo (...) confia tanto em mim, como na mãe, como no pai (...)”	A rede social e familiar é bastante alargada e exemplificativa da aceitação da parentalidade LGB por parte dos familiares mais próximos. Esta rede contém avós e avôs, tios e tias e estende-se até aos amigos que apoiam algumas tarefas e obrigações da criança X.
<i>Coming-out</i>	<i>Coming-out</i> para os filhos	“o que nós assumimos sempre era que nós éramos um casal, éramos duas mulheres e que vivíamos uma com a outra e ela cresceu sempre com essa ideia, nunca escondemos”	“o (criança X) tomou a iniciativa de me adoptar (...) a coisa foi progressiva, mas também muito rápida e natural” “tem de haver um <i>in</i> para haver um <i>out</i> ”
	<i>Coming-out</i> para a família	“(…) até porque de certa forma já sabiam, não foi nenhum choque (...)”	O <i>coming-out</i> familiar promoveu alguns receios na rede familiar alargada que se dissiparam por convivência. Para o pai social o <i>coming-out</i> como pai para a família foi um facilitador da aceitação da sua identidade homossexual.
	<i>Coming-out</i> para contextos	“(…) nós assumimos as coisas com a realidade, com a naturalidade que é (...) não andamos com bandeiras (...) se nós assumirmos as coisas com naturalidade, as coisas tornam-se naturais” No contexto profissional não têm uma abertura da relação a outrém.	“as relações obrigam-nos ao <i>coming-out</i> (...) passámos a fazer vida de família” “(…) essa questão dos contextos, da gestão é uma questão que não existe, é uma questão de atitude (...)” sendo que “em tudo aquilo quanto é legal apareço eu (pai adoptivo) como pai legal e acho que isso tudo se resolverá quando (...) o interesse da criança estiver a ser protegido e ambos podemos ser de facto pais legais”
Estratégias	Estratégias dos pais	“(…) o que nós dizemos sempre é que ela pode ter um namorado ou pode ter uma namorada, é o que ela quiser (...)” “toda a vida vai ter um pai e uma mãe, é isso que nós batemos sempre na tecla”	“ele tem noção da diversidade de contextos” “a lógica tem sido falar sobre os temas há medida que ele tem as ferramentas para perceber”
	Estratégias dos filhos	“ela própria adapta os comportamentos (...) até porque eles protegem-se bem, eles sabem bem o que é que podem dizer e o que é que não podem dizer e em que situações” “eu tenho noção de que não diz porque sabe que é um tema que não quer que os pais saibam, ou que vai incomodar o pai, ou que o pai vai reagir, ou o pai ou a avó”	“eu tenho mãe mas a minha mãe está no Brasil”, “não tenho uma mãe mas tenho dois pais” ou “eu tenho dois pais e tu não”
Suporte social e sociopolítico		“na escola não fomentam nada disto, sabem de certeza, tipo, muitas vezes sou eu a trazer e levá-la e ninguém entra (...) não levo uma criança sem autorização, eles reconhecem-me mas (...) nunca questionaram nada” “(…) os pais dos outros (...)” são um motor de discriminação e preconceito sendo essencial a escola, entre outras entidades, promover acções de sensibilização e formação dirigidas a todos os pais.	“acho que o facto de falarmos todos os anos com a professora e termos uma relação com as professoras ajuda (...) tipicamente há um dia aberto na escola (...) de 15 em 15 dias há uma festa (...) nós temos conseguido felizmente ir os dois a estes dias abertos e pronto, a relação com a escola e com os outros pais é

Parentalidade Positiva: Programa de Formação por Pares para Pessoas LGB

	<p>acerca de livros específicos para pintar“(...) ela ia pintando e tal e às tantas disse eu tenho esta família que era uma família em que estava uma criança e um adulto e outra família com duas mães e uma criança. E estas coisas eu acho que tem graça ou que são úteis, porque são formas de desmistificar alguns problemas que possam um dia surgir”</p> <p>“acho que em Espanha (...) nestas situações automaticamente o que têm que ter é dois adultos responsáveis, não é pai e nem mãe (...) é uma boa forma de resolver isso”</p>	<p>uma relação muito fácil”</p> <p>“há aqui um efeito, que é um efeito de contaminação, e é um efeito que depende da acção dos pais (...) não é só chamar a atenção, é provocar a reacção, é interagir”</p> <p>Formação de professores: “para que as pessoas tenham mecanismos de saber lidar com as realidades do seu dia-a-dia”</p> <p>“a própria questão formal da relação com a escola – formulários, por exemplo – não ajuda e põe em causa o papel de pai para o pai social pois não tem enquadramento, que só se alterará com mudanças legislativas”</p> <p>“há uma presunção de heterossexualidade”</p> <p>“o ser homossexual sem ter uma relação é uma abstracção (...) não há nenhuma visibilidade clara disso”</p> <p>“(...) se eu precisar de justificar, de invocar o estatuto legal de pai para alguma coisa, não terei como fazê-lo (...) isso, para mim, (...) é uma preocupação grande”</p>
<p>Formação para pais e mães LGB</p>	<p>“mas para isso teriam de haver grupos de apoio para todas as situações”</p> <p>“é importante ter informação e é importante partilhar a informação”</p>	<p>“não há educação melhor para a diversidade do que a própria diversidade”</p> <p>“(...) quase como um trabalho de preparação ou antecipação daquilo que poderá vir a acontecer (...)”</p>

3.4.2. Grupo B – experts

Consultando o quadro 2, verificamos que ambos os experts A e B salientaram a presença inequívoca da homofobia, a par de uma presunção heterossexista hegemónica na sociedade portuguesa, bem como o papel inexistente do estado na defesa das minorias do ponto de vista legal, jurídico, social e comunitário. Mesmo tendo em conta que é claro o papel negativo da homofobia na promoção de maiores desafios e dificuldades para estes pais, o Participante A considerou importante definir parentalidade LGB dado que os desafios que se colocam são dependentes das diversas configurações familiares, bem como o género, que podem surgir. Também o Participante B relevou a actual ilegitimidade de algo que é diferente da conjugação familiar pai-mãe em termos de registo e vivência parental face à evidência de que existem diversas configurações familiares que concorrem, à sua maneira, para o desenvolvimento da criança: existe um conceito hegemónico de que a parentalidade é exclusiva da heterossexualidade; uma auto-discriminação que não condiz com as configurações que caracterizam a diversidade como divorciados, viúvos, mães solteiras, pais solteiros, entre outros. O Participante B salientou a dificuldade da aplicação do art.º 13.º da Constituição face a orientações políticas inexistentes ou divergentes tendo em conta a flexibilidade na extrapolação da lei geral para regulamentos e/ou estatutos de boas práticas (*by-laws*). Logo, parece ser – também para o Participante A - muito importante a forma de autoridade que o estado expressa nas questões de diversidade familiar e sexual.

O Participante A indicou-nos a **(in)visibilidade** como um factor determinante na sensibilização das massas como motor da mudança de atitudes a par de uma intervenção macro sistémica (legal) normativa e valorativa da diversidade, bem como o Participante B considerou que a visibilidade irá apoiar a tomada de decisões e medidas para a mudança de atitudes e comportamentos.

Relativamente ao **coming-out para a rede social e familiar** o Participante A, focando a escola, considerou que mesmo havendo liberdade é importante referir que as pessoas não têm total controle sobre todos os contextos onde a criança se insere e podem colocar-se diversos problemas que fogem ao seu domínio e que, mesmo com o assumir da visibilidade, é necessário ter em conta as consequências (ver quadro 2). Na opinião do entrevistado os grupos de apoio/formação poderão ser uma mais valia neste ponto. O Participante B reforçou a necessidade – também citada pelo Participante A – da parentalidade ser assumida só após uma boa resolução do *coming-out* individual.

No tópico **recursos para a mudança**, o Participante B encarou a informação, a formação e a gestão da informação como fulcral para o desenvolvimento de novas

perspectivas na defesa da diversidade, mas também sublinhou o efeito cultural e social que a presença da homossexualidade e da parentalidade LGB podem proporcionar no desenvolvimento de boas práticas. A importância da transversalidade da educação para a diversidade, orientação sexual e identidade de género nos currículos de formação base (pré-escola até formações superiores e formações profissionais de continuidade) foi salientada pelo Participante A como uma ampla necessidade de todo o sistema educativo. Não obstante a variação de perspectivas e valores, a educação para a diversidade ao longo da vida parece ser a utopia a perseguir, sendo importante ter em conta a avaliação de boas práticas na sua aplicação. Uma preocupação do nosso participante centra-se na arbitrariedade de critérios de avaliação dos agentes psicossociais, desde juízes a médicos passando por profissionais de saúde e justificou a necessidade de desenvolver instrumentos de sensibilização, informação e formação para técnicos. O Participante B referiu que a dinamização da sensibilização é distinta da educação inclusiva sugerindo que a diversidade e a orientação sexual sejam incluídas nos manuais escolares tal como as questões raciais. Também o nível socioeconómico é, em ambas as perspectivas, um limite da possibilidade das pessoas acederem a determinados suportes e à informação. Ao nível institucional ambos os experts demonstraram uma posição consensual no sentido de que tem de existir uma mudança promovida por órgãos estatais hierarquicamente superiores e por elementos da sociedade civil. O Participante B referiu a necessidade de existirem *bylaws* (regulamentos laborais, por exemplo) que apliquem pragmaticamente a lei para todas as pessoas. Ainda para o Participante B a lei será criada (reconhecimento por parte da autoridade) e irá proporcionar um estado social atento à diversidade e a uma regulação de práticas (*bylaws*) que levarão a leis e regulamentos específicos (na adopção, na co-adopção, na co-parentalidade).

Em relação aos **factores de risco e de protecção** o Participante A citou um estudo realizado em Espanha que compara duas configurações familiares – famílias de novo, famílias reconstituídas – e salientou que as famílias reconstituídas encaram mais dificuldades e desafios de acordo com os factores associados à dissolução de uma relação heterossexual anterior e ao reconhecimento das mudanças por parte da criança (*coming-out* da criança para a rede social). A definição da configuração familiar “de novo” parece revelar uma capacidade de gerir os desafios e as expectativas de dificuldade de forma mais natural. O Participante B salientou o dano decorrente da impossibilidade de existirem crianças sem nome de pai, a influência da marca homofóbica no desenvolvimento, adaptação e bem-estar da família e das crianças em contexto e as questões legais de tutela e exercício legal da parentalidade de pais biológicos e cônjuges dos mesmos, a par da defesa da questão legal como protectora da

criança e defesa da parentalidade. O mesmo focou bastante a necessidade de se distinguir a conjugalidade e a parentalidade – independentemente da heterossexualidade, homossexualidade ou vínculo do casal (estrutura) – na promoção do bom desenvolvimento da criança e do controle de possíveis disfunções familiares.

Ambos os experts consideraram que a **formação de profissionais** deve ser transversal a todos os contextos académicos e profissionais e, inclusivamente, com início em idade pré-escolar. No entanto, indicaram ser fundamental activar um conjunto de recursos para a diversidade para profissionais que lidam com pessoas e famílias. A formação deverá então ser holística na integração da diversidade familiar (e outras) nos conteúdos académicos ao longo da vida com o total envolvimento dos órgãos de estado. Este, tal como o Participante B sempre reforçou, deve legislar e promover as orientações pró diversidade, de aceitação e mudança de atitudes, sendo o elemento de autoridade e regulação desta realidade.

Em relação a temáticas e possíveis características dos **suportes para pais e mães LGB** o Participante A referiu a psicoterapia afirmativa como possibilidade de base teórica mas tendo em conta um momento prévio de sensibilização para a consciência de eventuais consequências para a vida da criança, da sua estrutura e relações familiares. Para o Participante A, o apoio terá de ser prestado de acordo com uma avaliação de critério – cada família é uma unidade diferente – para levantamento de necessidades, dada a variabilidade das construções familiares. Salientou o interesse em começar um apoio a um nível preventivo ainda antes da decisão de ser pai e mãe, por exemplo, para pais e mães prospectivos (*prospective parents*) na promoção do encontro de estratégias para lidar com. As características da formação parecem passar por uma intervenção essencialmente prática (casos práticos, simulações; os grupos de apoio são muito importantes) com recurso latente a questões teóricas, e a formação para professores deve ser obrigatória. Os nossos participantes foram de acordo com a necessidade de esclarecer aos pais e mães LGB que a criança cria vínculos emocionais com os seus *caretakers* independentemente das questões biológicas e deverá ser salvaguardada a continuidade da parentalidade, quer biológica, quer social.

Para ambos os experts o recurso a livros infantis e outros suportes que apelem à diversidade familiar é fundamental na dinamização do desenvolvimento de filhos e filhas de pais e mães LGB, sem no entanto terem deixado de salientar o papel muito positivo do associativismo que o Participante B relevou, também a par de grupos de apoio mútuo para pais e mães LGB que o Participante A sugeriu integrar neste recurso.

Para ambos os experts as histórias conhecidas são maioritariamente histórias bem sucedidas. Neste âmbito o Participante A sugeriu que as famílias em maior desvantagem –

intra-familiares – são as famílias reconstituídas pelo carácter de dissolução de uma determinada estrutura e imagem (pessoal, familiar e social) que pode ser fracturante no desenvolvimento da nova família. Os poucos casos de insucesso que o Participante B indicou estão relacionados com as reclamações de paternidade por parte de dadores de esperma que, na ausência de contexto legal, parecem ser uma fonte de discórdia e disfunção familiar. Globalmente, qualquer família homoparental, hoje em dia, parece estar em desvantagem perante o seu enquadramento legal inexistente e uma ausência de informação, sensibilização, formação e intervenção em vários contextos da sociedade portuguesa.

Quadro 2 – *Quadro de conteúdos das entrevistas a experts.*

Núcleos Temáticos	Expert A (E3EA)	Expert B (E4EB)
Características da parentalidade LGB	<p>“os pais e as mães gays e lésbicas podem não ser capazes, apesar dos esforços, de proteger a criança (...) isto é um problema psicossocial não é um problema que tem a ver com as suas competências parentais (...) eles salvaguardam isso”</p> <p>“(...) cada uma destas configurações coloca desafios específicos nessas vertentes (...) nível político, social, a nível familiar, a nível das relações que a família estabelece com as redes sociais de apoio, portanto todo um sistema psicossocial”</p> <p>“(...) em termos de competências parentais estaremos a falar das mesmas que se colocam por exemplo às famílias mais normativas, às famílias heteroparentais”</p>	<p>“a única coisa que eles (crianças) percebem é o vínculo que criam com determinadas pessoas, (...) que desde o início aquela criança tenha um vínculo que nós depois definimos antropológicamente como um vínculo da parentalidade, mas definimo-lo pelo lado da prática e da função e não da estrutura”</p> <p>“(...) não é a estrutura que determina o sucesso da construção daquela criança como pessoa, é a funcionalidade e as competências e as práticas daquelas pessoas que tomaram conta dela (...)”</p> <p>“(...) que mesmo a sua parentalidade como pai legal, é também uma parentalidade social (...) porque há um factor de escolha (...) então respeitar e manter essa parentalidade social para o resto da vida”</p>
(In)Visibilidade	<p>“estamos a falar de situações minoritárias, a falar de configurações que ainda não são muito visíveis na sociedade portuguesa (...)”</p> <p>“(...) de facto esta gestão da visibilidade e da invisibilidade não é qualquer coisa de inconsequente, (...) agora daí a dizer que as pessoas o devem fazer ou não o devem fazer, as pessoas têm que estar preparadas para (...) têm que estar preparadas também para lidar com as consequências (...)”</p>	<p>“(...) é mais fácil o <i>coming-out</i> da pessoa como gay ou lésbica do que o <i>coming-out</i> da criança e daí a dificuldade que há em visibilizar as famílias”</p> <p>“as situações em que as pessoas conseguem tornar de alguma forma visível a relação que têm com as crianças despoleta processos muito positivos de aceitação (...)”</p> <p>“também há uma sensibilização muito importante a fazer dos próprios (...) para também serem mais afirmativas na defesa dos seus direitos e na visibilização da sua família nesses meios (...)”</p>
<i>Coming-out</i> para a rede social e familiar	<p>“(...) há o livre arbítrio, as pessoas não têm que dizer ou deixar de dizer. Agora as pessoas não controlam tudo (...) porque esta mãe não controla tudo, não é, pode de facto ter feito, ter tomado essa opção (...) mas podem-se colocar outro tipo de questões e outro tipo de problemas que a ultrapassam dentro da sala de aula, com os colegas (...)”</p> <p>“(...) o <i>coming-out</i> é uma decisão pessoal, mas deixa de ser uma decisão pessoal a partir do momento em que há um terceiro envolvido (...) que pode sofrer as consequências (...) infelizmente ainda vivemos numa sociedade muito heteronormativa e heterossexista (...)”</p>	<p>“(...) às vezes a parentalidade ajuda a que o primeiro <i>coming-out</i> seja mais aceite (...)”</p> <p>“por princípio acho que não deve haver um <i>coming-out</i> familiar (...) torna-se evidente que sou gay porque estou a viver com um homem (...) no entanto, a fazê-lo, o mesmo não deve ser feito antes do <i>coming-out</i> pessoal (...) é fundamental ser primeiro”</p> <p>“a integração na família dos pais é um processo (...) que normalmente funciona em correlação com o grau de aceitação do <i>coming-out</i> da pessoa”</p>
Recursos para a mudança	<p>“(...) as coisas têm que mudar e devem estar acauteladas a nível institucional (...) aqui o caminho a fazer será mesmo as pessoas serem formadas no sentido pró diversidade (...) e depois haver mecanismos de controlo no sentido de se perceber se as práticas são boas ou não”</p> <p>“educar para a diversidade também a população infantil, claro”</p> <p>“Poderia haver um provedor para o respeito da diversidade (...)”</p> <p>“(...) há várias configurações possíveis (...) cada uma destas</p>	<p>“era muito importante que a segurança social, e isso não acontece em Portugal, (...) tivesse no seu estatuto uma clara definição dos tipos de família que pode cobrir”</p> <p>“uma nota de pé de página nos protocolos que diga que aquilo não tem nada a ver com a orientação sexual”</p> <p>“(...) na inexistência de categorias legais de reconhecimento, as pessoas não existem (...)”</p>

Parentalidade Positiva: Programa de Formação por Pares para Pessoas LGB

	<p>configurações coloca desafios específicos nessas vertentes todas que falou a nível político, social, (...) familiar (...)”</p>	<p>“nós aí demos um salto quando foi o ano europeu da igualdade para todos e todas (...) uma agência do estado (...) que promove ela própria acções de sensibilização para a não discriminação ou de sensibilização à diversidade (...)”</p> <p>“(...) vai ser um efeito de pedagogia social muito forte (...) e nesse sentido muito semelhante à legitimação cultural do divórcio (...)”</p> <p>“reconhecimento de que a linguagem é o instrumento político e de classificação do mundo (...) se a gente mudar a linguagem ajudamos no processo cognitivo da classificação do mundo”</p>
Factores de risco e protecção	<p>“a parentalidade é uma decisão que deve ser pensada em todo o tipo de famílias (...)”</p> <p>“(...) estas famílias reconstituídas (...) têm muito mais dificuldades, são muito mais invisíveis e apresentam desafios muito mais sérios na interacção com o sistema educativo (...)”</p> <p>“(...) nas famílias de novo há uma tendência para as coisas serem muito mais assumidas logo desde o início e a gestão ser feita desde o nascimento da criança e ser muito mais fácil para estas famílias (...)”</p>	<p>“(...) um mecanismo legal (...) um bocado caduco em função da alteração das relações de género (...) as mulheres são literalmente obrigadas a dar um nome de um pai à criança (...) isso não é necessariamente positivo para a criança, da forma como hoje se configuram as famílias e as relações parentais (...)”</p> <p>“o grande factor de risco é o risco que a criança corre de se ver alienada de um dos pais ou das mães e o risco simétrico (...) é um risco que faz com que as pessoas tomem acções preventivas (...)”</p> <p>“(...) em função da homofobia, não em função dos pais serem do mesmo sexo”</p> <p>“(...) há ali uma espécie de conceito hegemónico que as pessoas nem se apercebem de como isso é muito mais pernicioso para os miúdos que não se identificam com aquilo e que se sentem discriminados (...)”</p> <p>“é muito importante normalizar as relações pelo lado da, do que a gente chama <i>relatedness</i>, (...) criar laços afectivos específicos entre as crianças e a família toda e dar-lhes um nome (...)”</p>
A formação de profissionais	<p>“com todas as limitações que a formação tem e a informação tem na mudança das atitudes, porque nós sabemos que pode não ser necessariamente eficaz, não basta as pessoas estarem informadas para depois agirem de acordo com a informação que têm”</p> <p>(...) eu acho que isso passa por exemplo por estes cursos que preparam pessoas para lidar com pessoas, em qualquer área (...) ser, na formação de base, obrigatório existir este módulo, uma disciplina sobre diversidade, orientação sexual, identidade de género (...)”</p>	<p>“(...) através de acções de formação e de sensibilização, (...) que existem e estão disponíveis, mas a questão é quem é que as promove, isto é, quem é que as autoriza e lhes dá o conteúdo de autoridade (...)”</p> <p>“isto só vai lá com educação (...) através do ensino (...) daquilo que eles aprenderam quando foram formados (...) fundamental a questão universitária (...) o que é que eles aprenderam quando foram formados, no seu percurso superior (...) depois as acções de formação e de actualização (...) e depois a existência de gabinetes específicos para tratar dessas coisas (...)”</p>
Suportes para pais e mães LGB	<p>“em termos de conteúdo (...) aí temos todo o arsenal da psicoterapia afirmativa não é, mas lá está, é preciso que as pessoas queiram qualquer tipo de apoio (...)”</p> <p>“depende muito do nosso ponto de partida, quem é aquela família, que competências é que tem, que capacidades é que tem, como é que é a relação com a família de origem (...) no sentido afirmativo quase independente da parentalidade (...) mas eu acho que isto é válido para famílias adoptivas e é válido para famílias heteroparentais”</p>	<p>“valorizar muito a questão do afecto e da escolha mais do que a questão da biologia”</p> <p>“(...) é muito importante também promover valores sobre o que é a parentalidade social, o que é o <i>taking care of</i> (...) perceber o que é que é isso da relação de cuidar de uma criança e a responsabilidade que isso significa (...)”</p> <p>“(...) há todo um trabalho, digamos de consciencialização e de valores que eu acho que as pessoas devem ter quando se metem na aventura da parentalidade</p>

Parentalidade Positiva: Programa de Formação por Pares para Pessoas LGB

	“para estas pessoas trocarem experiências no sentido do empowerment, não é, e de conhecerem estratégias para lidar melhor com estas situações (...)”	(...) há um processo (...) que escapa a muitos heterossexuais e portanto as pessoas também têm mais margem de manobra para pensarem nas consequências do que fazem”
--	--	---